



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCATEL

ANO 1 - ADM. DR. CHAGAS ALVES E THADEU QUEIROZ

TRABALHANDO COM PARTICIPAÇÃO

LEI Nº 653/93

INSTITUI O FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASCATEL,

Faço saber que a Câmara Municipal de Cascavel, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

Do Objetivo e Vinculação

Art. 1º - Fica criado o Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Cascavel - FAPEM - que será aplicado no custeio dos encargos de aposentadoria e pensões de que trata esta lei.

Art. 2º - O Fundo de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Cascavel - FAPEM - é vinculado a Secretaria de Administração do Município e terá vigência por tempo indeterminado.

SEÇÃO II

Dos Recursos Financeiros

Art. 3º - São Receitas do Fundo:

I - A contribuição mensal obrigatória no valor de 5% (CINCO POR CENTO) calculado sobre a remuneração dos servidores em atividade, excluídos as diárias e ajudas de custo e salário-família:

II - A contribuição mensal do Município de valor igual ao da contribuição dos servidores em cada mês de competência, a partir de 01 de Janeiro de 1.993.

III - Os rendimentos e os juros provenientes de empréstimos e aplicações financeiras:

IV - Os resultantes de assinaturas de convênio:

V - Doações, legados e outras receitas diversas:

§ 1º - As Receitas do Fundo serão depositadas em conta especial específica mantida em Agências de estabelecimento de crédito oficial:



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL

ANO 1 - ADM. DR. CHAGAS ALVES E THADEU QUEIROZ
TRABALHANDO COM PARTICIPAÇÃO

§ 2º - As contribuições previstas nos incisos I e II serão creditadas na conta do Fundo até 10 (DEZ) do mês subsequente ao pagamento da remuneração dos servidores.

Art. 4º - Na medida em que a situação econômica do Fundo permitir poderão ser concedidos empréstimos simples e imobiliários aos servidores ativos.

Parágrafo Único - O Prefeito Municipal regulamentará o disposto neste artigo por proposta do Conselho de Administração.

Art. 5º - Os empréstimos simples não poderão ser superiores a cinco vezes os vencimentos do servidor e vencerão juros previstos no regulamento.

Art. 6º - A aplicação dos recursos de natureza financeira, dependerá:

- I - Da existência de disponibilidade em função do cumprimento das obrigações do Fundo;
- II - de prévia aprovação do Conselho de Administração.

Art. 7º - Constituem ativos do Fundo de Aposentadoria e Pensões:

- I - disponibilidades monetárias em banco ou caixa especial oriundas das receitas especificadas nesta lei;
- II - direitos que porventura vier a constituir;

Art. 8º - Constituem passivos do Fundo, de acordo com cálculo atuarial os valores destinados à cobertura dos benefícios concedidos e a conceder, dos riscos expirados ou não expirados, bem como de obrigações de qualquer natureza que porventura o Município venha a assumir para a manutenção e operação do plano de Aposentadoria e Pensões previsto nesta lei.

SEÇÃO III

Do Orçamento e da Contabilidade

Art. 9º - O orçamento do Fundo de Aposentadoria e Pensões integrará o orçamento do Município em obediência aos princípios da unidade e universalidade, observando-se na sua elaboração e execução os padrões e normas aplicáveis ao Município.



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL

ANO 1 - ADM. DR. CHAGAS ALVES E THADEU QUEIROZ

TRABALHANDO COM PARTICIPAÇÃO

Art. 10 - A escrituração das contas do Fundo será feita pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 11 - O Plano de contas será aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 12 - Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo Único - para os casos de insuficiência ou omissões orçamentárias serão utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais autorizados por lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 13 - Os balancetes do Fundo serão assinados pelo Contador Geral do Município e pelo Presidente do Conselho de Administração.

Art. 14 - Anualmente, será levantado o balanço atuarial do Fundo, a fim de ser indicada qualquer providência a caso necessária.

Art. 15 - Os saldos positivos do Fundo apurados em balanço serão transferidos para o exercício seguinte e seu próprio crédito.

SEÇÃO IV**Do Conselho de Administração**

Art. 16 - O Fundo será gerido por um Conselho Administrativo, composto de sete membros, a saber; dois representantes do Poder Executivo indicados pelo Prefeito Municipal; dois representantes dos servidores inativos e três representantes dos servidores em atividades eleitos em votação secreta por Assembléia Geral dos servidores municipais.

Parágrafo Único - dos Servidores ativos, somente serão eleitos para o Conselho de Administração servidores efetivos estáveis.

Art. 17 - O mandato dos membros referidos nos artigos anteriores será de dois anos, permitidas a recondução e a reeleição.



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL

ANO 1 - ADM. DR. CHAGAS ALVES E THADEU QUEIROZ

TRABALHANDO COM PARTICIPAÇÃO

Art. 18 - O Conselho reunir-se-á com a maioria absoluta de seus membros e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 19 - O Secretário de Administração será o Presidente do Conselho.

Art. 20 - As reuniões do Conselho serão secretariadas por um de seus membros, indicado pelo Presidente.

Art. 21 - O exercício da função de Conselheiro é gratuita e se constitui em serviço público relevante.

Art. 22 - Compete ao Conselho de Administração:

I - decidir sobre as aplicações financeiras dos recursos do Fundo.

II - decidir sobre os pedidos de redistribuição de pensão;

III - declarar a perda da qualidade de pensionistas;

IV - zelar pela verificação e acompanhamento dos casos de invalidez e interdição declarados em lei;

V - elaborar e votar o seu Regimento Interno;

VI - aprovar o orçamento do Fundo;

VII - solicitar ao Prefeito a abertura de créditos suplementares e especiais;

VIII - porpor ao Prefeito a regulamentação da concessão de empréstimos simples e imobiliários;

IX - aprovar o plano de Contas do Fundo;

X - promover a avaliação técnica do Fundo.

Parágrafo Único - O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos dois de seus membros.

Art. 23 - Os cheques á conta do Fundo serão assinados pelo Presidente do Conselho de Administração e por um dos membros do Conselho indicado pelos servidores.



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL

ANO 1 - ADM. DR. CHAGAS ALVES E THADEU QUEIROZ

TRABALHANDO COM PARTICIPAÇÃO

CAPÍTULO II

Disposições Finais e Transitórias

Art. 24 - A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

Art. 25 - As aposentadorias e pensões concedidas a partir de 01 de Janeiro de 1.993 data dos efeitos desta lei serão levados à conta do Fundo ora instituído.

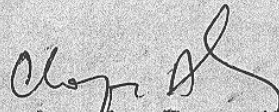
Art. 26 - As contribuições descontadas dos servidores e incorporados ao Fundo não serão devolvidas, salvo se forem feitas a maior.

Art. 27 - As contribuições de que tratam os incisos I e II do Art. 3º, serão exigidas a partir de 01 de Janeiro de 1.993 data de instituição da presente lei.

Art. 28 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial, até o valor de R\$ 300.000.000,00 (Trezentos Milhões de Cruzeiros), para a constituição do Fundo de Aposentadoria e Pensões dos servidores Municipais.

Art. 29 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de Janeiro de 1.993, revogadas as disposições em contrário.

Pago da Prefeitura Municipal de Cascavel, em 13 de Maio de 1.993.


Francisco das Chagas Alves
Prefeito Municipal de Cascavel.